



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 140980 - BA (2021/0003054-5)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
RECORRENTE : MARCELO SANTOS DO NASCIMENTO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DA BAHIA
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA
CORRÉU : GUSTAVO MUNIZ NASCIMENTO
CORRÉU : LUCAS DA SILVA MERCES
CORRÉU : FELIPE REIS SANTOS

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARCELO SANTOS DO NASCIMENTO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8010209-76.2020.8.05.0000).

O paciente, preso preventivamente, foi denunciado pelo suposto cometimento dos delitos previstos no art. 121, § 2º, incisos I e IV, c/c art. 29 do Código Penal.

Sustenta o recorrente constrangimento ilegal decorrente do excesso de prazo para formação da culpa, visto que o paciente estaria preso desde 26/10/2017, sem que tenha sido levado a julgamento pelo júri popular.

Requer, liminarmente, a expedição de alvará de soltura e, no mérito, o reconhecimento do direito do ora paciente de aguardar o seu julgamento em liberdade.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Na decisão impugnada, ficou assim justificado o alegado excesso de prazo (fls. 497-498):

V- Dito isso, não merecem prosperar a alegativa de excesso de prazo, pois, da análise dos autos, constata-se que, até o presente momento, não houve atraso injustificado no decorrer da instrução criminal, tampouco desídia estatal. Como se sabe, a aferição do excesso de prazo deve ser feita de acordo com as peculiaridades do caso e não apenas com base em cálculo aritmético. Efetivamente, a razoável duração do processo não pode ser considerada de maneira isolada e descontextualizada da concretude dos fatos, devendo guardar proporcionalidade com a complexidade do delito nele consignado e as diligências e os meios de prova indispensáveis a seu deslinde.

VI- trata-se de feito complexo, com quatro réus e demanda por produção de provas testemunhais *in casu*, várias. Apesar disso, o douto

magistrado logrou conduzir o processo sem excessos prazais, já tendo designado Sessão Plenária do Júri, a qual, inicialmente prevista para o dia 02/04/2020, só foi suspensa em virtude da pandemia decorrente do Covid-19. Nesse particular, vale salientar que, consoante Súmula no21 do Superior Tribunal de Justiça: "Pronunciado o réu, fica superada a alegação do constrangimento ilegal da prisão por excesso de prazo na instrução.

"VII- Ademais, somente poderia se vislumbrar excesso de prazo se houvesse omissão do juízo, que, podendo dar prosseguimento ao processo, deixa escoar o tempo sem motivo justificado, não sendo essa a hipótese dos autos. Como se disse, a instância primeva apenas não realizou a sessão plenária por motivo de saúde pública, em face da pandemia do Covid-19, o que é absolutamente justificado.

VIII- Outrossim, não merecem acolhimento as alegativas de desfundamentação do decreto constritor e da decisão que manteve a prisão cautelar, tampouco as relativas à desnecessidade da segregação preventiva, à favorabilidade das condições pessoais e à possibilidade de aplicação de medidas cautelares diversas. Com efeito, em razão da gravidade em concreto da conduta do paciente (e dos seus corrêus), bem assim do risco de reiteração delitiva, o MM. Juízo decretou a prisão preventiva, com fundamento na *a quo* ordem pública, consignando a existência de “notícias indicativas de envolvimento em diversos episódios de violência relacionada com disputa de facções causam inevitável perplexidade na comunidade, gerando receio de convívio, impondo aos indivíduos cautelas adicionais de segurança, tumultuando a rotina de deslocamentos na região e, assim, desestabilizando a ordem pública”

Assim, em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente